

O GÊNERO EPIDÍCTICO EM JOAQUIM MANUEL DE MACEDO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Rafael de Almeida Daltro Bosisio*
Newman di Carlo Caldeira

INTRODUÇÃO

Joaquim Manuel de Macedo foi o primeiro escritor romântico de grande repercussão no Brasil, tendo sido um dos mais lidos autores nacionais. Entre 1844 e 1882, Macedo exerceu inúmeras atividades e atribuições: escreveu diversos romances e peças teatrais; participou ativamente da vida intelectual e política do Segundo Reinado; foi articulista em diversos jornais; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, político e censor. Enfim, um verdadeiro “homem de letras”.

No Instituto Histórico, Macedo foi um dos membros mais ativos, trabalhando quase 37 anos e ocupando vários cargos desde o ano de seu ingresso – em 1845 – até o ano de sua morte. Apresentado por Joaquim Norberto de Souza e Silva e Manuel de Araújo Porto Alegre, Macedo teve sua admissão aprovada por unanimidade na sessão de 3 de julho de 1845, tornando-se um dos poucos membros que ingressaram nesta instituição com menos de 25 anos.

Como sócio efetivo, o escritor mostrou a sua faceta de historiador com grande desenvoltura, tendo sido, ainda em 1848, eleito 2º secretário. Entre 1845 e 1848, não há muitas referências e registros sobre o romancista nas atas das sessões; porém, é certo que, depois de eleito para seu primeiro cargo, passou a participar assiduamente, tornando-se um dos sócios que mais trabalhou pelo instituto.

Assim, entre os anos de 1848 e 1851, além de sua presença constante nas sessões do instituto, Joaquim Manuel de Macedo participava com pareceres relativos a algumas obras e à admissão de novos sócios. E, no ano de 1851, de acordo com os Novos Estatutos, Macedo pôde ser eleito para secretário suplente e para membro da Comissão de Trabalhos Históricos.

* Rafael Bosisio, doutorando em História Social (PPGHIS/UFRJ). E-mail: rdaltro@ig.com.br. Bolsista CAPES.

Newman Caldeira, doutorando em História Social (PPGHIS/UFRJ). E-mail: newmancaldeira@yahoo.com.br. Bolsista CAPES.

No ano seguinte, começou a deixar a sua marca na história do instituto, quando ocupou interinamente o cargo de 1º secretário, durante a ausência de seu efetivo, Francisco Adolfo de Varnhagen. Em 1853, Macedo deixou a interinidade e foi eleito 1º secretário, cargo que ocupou até 1856. Efetivado, intensificou sua presença na instituição que, pelas palavras do próprio Macedo no relatório de 1853, tinha uma “importante e brilhante” missão a cumprir (RIHGB, 1853:597-598).

O ORADOR JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

Na sessão magna de 1856, Joaquim Manuel de Macedo foi eleito 3º vice-presidente e orador; cargo este que ocupou até 1881, quando se afastou devido à doença que, no ano seguinte o levaria à morte. Nessas 20 orações, que primam pelo estilo retórico, estudou rigorosamente as figuras dos sócios que haviam falecido naqueles anos, fazendo uma recuperação da trajetória pessoal e institucional de cada um. Segundo Max Fleiuss, essas orações fúnebres “são biografias interessantíssimas e formam documentos indispensáveis a quem pretenda ocupar-se de qualquer dos varões que as mereceram” (FEIUS, 1920:420).

As orações fúnebres têm uma longa tradição, que remonta à Antiguidade clássica. Entendidas enquanto *panegíricos* de variante *fúnebre*, essas orações se encaixam no terceiro dos gêneros de discurso, isto é, no gênero *epidíctico* ou *demonstrativo*, visto que as orações são pronunciadas ante uma reunião solene, elogiando os sócios falecidos. De acordo com Alcir Pécora, o termo *panegírico*, cunhado por Isócrates, em 380 a. C., significava “discurso às pessoas reunidas, dirigido para todos, ou, enfim, voltado para o interesse público” (PÉCORA, 2002:47), guardando, assim, semelhanças com o gênero do *ecômio* e também com o do *epitáfio*, sem excluir a possibilidade de alguma crítica ao sujeito principal em questão.

Desde a Grécia antiga até ao declínio da retórica no século XIX, o panegírico foi o expoente da oratória epidíctica ou demonstrativa. Entre os seus subgêneros encontram-se o epitalâmio (sobre bodas), o epicédio (sobre mortos) e o *encomio* paradoxal (sobre pessoas indignas de louvor). A função do panegírico foi sempre política. O objetivo era estimular nos ouvintes ou leitores o desejo de emulação das virtudes louvadas no discurso. Para isso, colocava-se perante o receptor uma imagem ideal dele mesmo (MENANDRO EL RÉTOR, 1996).

Na Roma antiga, o panegírico tomou a forma de *laudatio*, ou seja, de louvor aos grandes homens – em especial, dos imperadores. Adquiriu também a forma de *laudatio funebris*, a qual se assemelha mais ao objeto do presente trabalho, pois, fazia-se o elogio de um homem de qualidades reconhecidas, a ser imitado pelas gerações vindouras, após a sua morte. A amplificação da emoção a partir dos temas a serem desenvolvidos no elogio era parte importante do discurso, pois criava uma relação emotiva com os ouvintes. Segundo Menandro de Laodiceia, os temas deveriam se enquadrar nas seguintes categorias: família, natureza, criança, educação, atividades e ações (MENANDRO EL RÉTOR, 1996:216).

À exemplo do *tratado*, da *relação*, da *corografia* e da *cosmografia*, segundo Pécora, os *panegíricos* foram incorporados ao “conjunto heteróclito das formas historiográficas” (PÉCORA, 2002:48), logo, eram entendidos genericamente como repertório de exemplos, compostos por discursos de louvores das qualidades dos grandes homens. Nesse sentido:

É importante observar que a razão do louvor, para os autores de panegíricos, nunca deve ser o simples desejo de louvor, que poderia desqualificar o seu discurso como adulação baixa, mas sim a produção de exemplo virtuoso para a emulação das pessoas, de modo que a imitação dos melhores servisse ao propósito de superação excelente da condição particular e de reforço da concórdia e da saúde do organismo do Estado (PÉCORA, 2002:48).

Entretanto, enquanto os *panegíricos* do período clássico tratavam o indivíduo como representação da *pólis* ou do Estado, exaltando suas virtudes físicas, as orações em questão exaltavam as virtudes do indivíduo como exemplo para os demais, enquanto representação de uma instituição. Diferente dessas orações fúnebres clássicas, as construídas por Macedo são narrativas biográficas que tratam de indivíduos, mas que, ao mesmo tempo, possuem um caráter de louvor coletivo, exaltando a instituição.

Assim, de acordo com Nicole Loreaux (LOREAU, 1994), a oração fúnebre é uma instituição; ela é palavra-memória daquela associação. Ela exalta a imortalidade da glória cívica, fazendo com que o morto renasça na eternidade da memória dos vivos. Com uma função educadora, a oração é marcada pelo caráter de lição de moral cívica destinada aos vivos e, desse modo, a eficácia do discurso se dá com a impressão, na memória dos vivos, de uma determinada representação da instituição.

A oração fúnebre é o discurso oficial da instituição com os outros, com os que estão de fora dela; é um discurso homogêneo, no qual aparece a maneira como a instituição enxergava determinado sócio. Os oradores dirigem seu discurso para a posteridade, construindo um monumento que não é algo físico, mas sim um marco na memória dos homens. Logo, a morte é um coroamento e não uma perda total.

As orações de Macedo eram estruturadas, inicialmente, em uma introdução – que se pode nomear retoricamente como *exórdio* –, na qual o orador indicava que entraria no mundo dos mortos e, em seguida, passava para a narrativa das trajetórias de vida dos sócios falecidos naquele ano. Segundo os artigos 22 e 30, dos Novos Estatutos, o então recém-empossado Orador Joaquim Manuel de Macedo ficaria encarregado de:

Art. 22. [...] falar ou responder pela sociedade em todas as ocasiões, tanto festivas como fúnebres, exceto quando o Presidente o fizer, porque tem preferência tanto na Assembleia Geral, como na deputação do Instituto. Pertence-lhe igualmente fazer o elogio histórico dos falecidos durante o ano social, e assim também o discurso fúnebre sobre a sua sepultura [...].

Art. 30. Na sessão de 15 de dezembro, à qual devem concorrer todos os Membros, sob a direção do Presidente [...] o orador recitará o elogio dos Membros falecidos, indicando seus serviços mais transcendententes em favor da sociedade, e fará menção honrosa dos autores de quaisquer obras históricas ou geográficas que, no decurso do mesmo ano, forem oferecidas ao Instituto (RIHGB, 1851:7-9).

Seguia-se também o modelo de orador estabelecido por Cícero em *De Oratore*, quando define o orador como alguém que é capaz de utilizar tanto palavras prazerosas ao ouvido, como pensamentos adequados à persuasão, além de possuir boa voz, capacidade para executar o discurso e um certo encanto (CICERÓN, 2002, 175). Ao orador, cabia também destreza no emprego de procedimentos *elocutivos* assentados na *acuidade*, ou seja, descrição que produz um efeito de proximidade visual para o auditório, diante da narração das ações. Assim, era fundamental ao orador representar diante dos olhos do auditório uma composição fundamentada na *vivacidade* narrativa, de tal modo que se poderia imaginar *testemunhado pela vista* da plateia no exato momento da leitura (PÉCORA, 2002:49).

Assim, de acordo os artigos citados acima, ao Orador caberiam outras funções além da elaboração dos elogios fúnebres. Conforme as pesquisas desenvolvidas, entretanto, percebeu-se que Macedo não cumpriu a última determinação do artigo 30 e, em todos os seus discursos nas Sessões Magnas do instituto, não fez “menção honrosa”

alguma a autores que, no decorrer daquele ano, tinham oferecido obras históricas ou geográficas ao instituto. Isso é um fato interessante, porque parece que esta parte não caberia ao orador e sim ao 1º secretário. Se houve erro na redação dos Novos Estatutos ou se era uma opção de Macedo, não foi possível saber; mas o fato era que, na prática, quem fazia essa “menção honrosa” era o 1º secretário.

Macedo também passou a ter a responsabilidade de representar a instituição na ausência do Presidente – fato quase corrente em diversas cerimônias da sociedade imperial –, como, por exemplo, nas frequentes cerimônias, realizadas no Paço Imperial, de cumprimento ao imperador Pedro II, por ocasião de alguma data festiva da família imperial ou do Brasil. Assim, o escritor percorre diferentes espaços de sociabilidade, passando a ver e ser visto pela corte e aumentando a sua rede de relações inter-pessoais.

Obedeciam-se os lugares-comuns retóricos estabelecidos em seção do *Ad Herennium*, a partir dos quais o louvor ou o vitupério deve ser produzido.

Nunc ad demonstratiuum genus causae transeamus. Quoniam haec causa diuiditur in laudem et uituperationem, quibus ex rebus laudem constituerimus, ex contrariis rebus erit uituperatio comparata. Laus igitur potest esse rerum externarum, corporis, animi.

Rerum externarum sunt ea, quae casu aut fortuna secunda aut aduersa accidere possunt: genus, educatio, diuitiae, potestates, gloriae, ciuitas, amicitiae, et quae, huiusmodi sunt et quae his contraria. Corporis sunt ea, quae natura corpori adtribuit commoda aut incommoda: uelocitas, uires, dignitas, ualetudo, et quae contraria sunt. Animi sunt ea, quae consilio et cogitatione nostra constant: prudentia, iustitia, fortitudo, modestia, et quae contraria sunt. Erit igitur haec confirmatio et confutatio nobis in huiusmodi causa (CÍCERO, 2005:160-161)¹.

Na trajetória do indivíduo, devem ser selecionadas as ações ajuizadas pelo orador mais aptas a produzir um efeito persuasivo sobre o auditório, concernente à excelência e ao agir como exemplar do *ecomiado*.

Durante os anos como orador, Macedo biografou nomes de destaque como, por exemplo, Frei Francisco de Mont’Alverne, Alexander Von Humboldt, Marechal Pedro

¹ “Passemos agora ao gênero demonstrativo. Como causas desse gênero se dividem em elogio e vitupério, o vitupério será obtido com tópicos contrários àqueles que usarmos para compor o elogio. O elogio, então, pode ser das coisas externas, do corpo e do ânimo. Coisas externas são aquelas que podem acontecer por obra do acaso ou da fortuna, favorável ou adversa: ascendência, educação, riqueza, poder, glória, cidadania, amizades, enfim, coisas dessa ordem e seus contrários. Ao corpo pertence o que a natureza lhe atribuiu de vantajoso ou desvantajoso: rapidez, força, beleza, saúde e seus contrários. Dizem respeito ao ânimo as coisas que comportam nossa deliberação e reflexão: prudência, justiça, coragem, modéstia, e seus contrários. Essas serão nossos tópicos a confirmar ou refutar nesse tipo de causa”.

de Alcântara Bellegarde, Gonçalves Dias, Eusébio de Queiroz, Von Martius, Alphonse de Lamartine, Agassiz, Francisco Adolfo de Varnhagen, entre outros. Dentre estes, foram selecionados aqui um total de cinco trechos de diferentes orações fúnebres para serem analisadas de acordo com alguns lugares-comuns retóricos presentes nas orações fúnebres de Macedo: um exemplo de eclesiástico que sintetiza todos os temas que tornam esse grupo parte do panteão nacional; um exemplo de sábio; um exemplo de erudito que teve uma morte prematura – que também era amigo do orador; um intelectual que consegue conjugar a tríade escritor, estadista e historiador; e o principal historiador do Império brasileiro.

Conhecido por ser um exímio orador, Frei Francisco de Mont'Alverne protagonizou um dia memorável para a sociedade imperial, quando apareceu cego no púlpito da Igreja de São Pedro de Alcântara, em 19 de outubro de 1854, e proferiu aquele que foi seu último discurso. Este dia foi assim descrito por Macedo, na sua oração de 15 de dezembro de 1858:

[...] depois de mais de vinte anos de maravilhosos sucessos na tribuna sagrada e no magistério, o ilustre Monte Alverne é ainda em vida encerrado na sepultura da cegueira. Dezoito anos jazeu recolhido no claustro, retirado no silêncio e animando sua vida com resignação. Morrera-lhe toda a esperança da luz dos olhos; nunca porém se amorteceu em seu coração a luz da fé.

Daí desse retiro veio arrancá-lo, em um dia feliz, a voz animadora do Imperador. Ninguém poderá ter esquecido o dia solene de S. Pedro de Alcântara de 1854. [...]

O ilustre franciscano apareceu no púlpito; a luz que faltava em seus olhos, iluminava com esplendor quase divino sua fronte larga e vasta, que denunciava a imensidade de sua inteligência; suas mãos trêmulas tateavam o púlpito ... dir-se-ia que procurava os antigos louros nesse lugar colhidos ... depois seu vulto agigantou-se ... seu rosto pareceu iluminado de celeste flama ...sua boca se abriu e a eloquência transbordou em torrentes impetuosas. Era Milton escrevendo a última página de seu imortal poema; era Homero repetindo o derradeiro canto da Ilíada.

No dia de São Pedro de Alcântara, Monte Alverne deixou ouvir o seu canto de cisne (RIHGB, 1858:562-563).

Nesse trecho, se destacam os principais lugares-comuns presentes em elogios de religiosos elaborados por Macedo. Dentro das características do ânimo se acomodam as quatro virtudes destacadas por Cícero (CÍCERO, 2005:166-167) – justiça, coragem, modéstia e prudência –, daí a oposição entre o humilde franciscano 18 anos recolhido no claustro e animado apenas pela resignação e fé, e o “ilustre franciscano” que aparece

agigantado no púlpito da igreja para seu derradeiro discurso, iluminado, como se já estivesse a caminho dos céus. A fé inabalável, a humildade e caridade franciscanas e a imensa inteligência são tópicos comuns aos elogios a religiosos produzidos por Macedo.

Macedo eleva o franciscano aos louros da imortalidade, exaltando a capacidade oratória e colocando-o no mesmo lugar ocupado nas páginas da história por John Milton e Homero. O trecho também mostra toda a capacidade descritiva de Macedo, ao narrar precisamente esse momento sublime vivido por aquela sociedade. Essa capacidade narrativo-descritiva, presente em toda a sua obra, é uma de suas características mais fortes e condiz com o que se compreendia, no século XIX, como um dos ofícios do historiador. Essa escrita narrativo-descritiva estava presente no modo como se entendia que deveria ser construído o texto histórico na cultura histórica oitocentista; em outras palavras, a narrativa histórica do século XIX estava muito próxima da escrita literária (BANN, 1994:51-86).

Observam-se, por último, semelhanças entre o elogio de Macedo e o elogio à morte de Craso, contido em Cícero, em *De Oratore*, no livro III. Macedo provavelmente tinha acesso ao livro de Cícero, que era lido no Brasil inclusive por estudantes do Colégio Pedro II (SOUZA, 1999). Porém, não é possível afirmar que houve uma leitura desse livro. Em ambos os elogios, a força de vontade de discursar dos *ecomidados* venceu as dores físicas para deixarem ouvir suas vozes pela última vez, como “o canto do cisne” (CICERÓN, 2002, 371-380).

Na oração de 1859, Macedo tece o panegírico fúnebre ao naturalista alemão Alexander Von Humboldt (barão de Humboldt), construindo sua trajetória de vida paralela à de Napoleão Bonaparte (ambos nasceram no mesmo ano), tentando dar, assim, a dimensão de como ambos entraram para “as páginas da história”.

Presidiu ao seu nascimento a estrela dos conquistadores. A natureza, em um destes esforços que não se repetem muitas vezes no correr dos séculos, produziu em um mesmo ano dois gênios, que deviam encher o mundo com a fama de seus assombrosos triunfos.

Em 1769 Napoleão Bonaparte nascera a 15 de agosto, em Ajaccio, e um mês depois, a 11 de setembro, nascia Alexandre Humboldt, em Berlim.

Dois gigantes que tinham de realizar empresas imensas; dois conquistadores homéricos que deviam marchar por caminhos opostos, e imortalizar-se por vitórias admiráveis, mas de natureza diversa. Qual deles o maior?... qual dos dois o mais potente? A sua força e o seu gênio estão nas obras que deixaram e nas proezas que obraram (RIHGB, 1859:733).

No trecho, há duas considerações a serem observadas quanto ao pensamento historiográfico do oitocentos. Primeiro, Macedo enfoca o caráter de predestinação da história, quando fala que, antes mesmo de Humboldt e Napoleão seguirem seus caminhos, a “estrela dos conquistadores” presidiu o nascimento dos dois. A história, nessa circunstância, já estava traçada para os dois personagens, não haveria como mudar e como impedir que eles brilhassem; eles estavam preparados para os grandes feitos desde o momento do nascimento.

Em segundo lugar, Macedo aborda a questão do legado deixado pelos dois “gigantes”. Essa questão é fundamental quando se tem em vista que o grande legado a ser deixado por um homem é a sua obra e esta representa a sua força e sua capacidade intelectual. A questão está ligada também à memória e à perpetuidade dos feitos de um homem. Entretanto, Macedo ressalta os distintos caminhos seguidos pelas duas personalidades, apontando uma vantagem para Humboldt, por ter utilizado sua genialidade para estudos científicos e de melhoramento do conhecimento humano – principalmente do continente americano. Daí compreende-se quando Macedo fala que “Humboldt foi um segundo Colombo para o novo mundo; e sua inteligência, mais vasta que a do primeiro [Napoleão], patenteou toda a magnificência da natureza americana [...] foi o sol que nos mostrou a toda luz aos olhos do velho mundo” (RIHGB, 1859:737-738).

Nessa oração, Macedo exalta também o caráter civilizador dos estudos de Humboldt ao escrever que “Humboldt vitoriava o mundo, a humanidade, a natureza [...] o mundo inteiro venerou e abençoou o sábio; por ele foi um abundante foco de ciência, e os raios de sua luz chegaram em toda parte” (RIHGB, 1859:737-738). O orador trabalha a oposição entre civilização e barbárie ao tratar, respectivamente, das vitórias conquistadas no campo da ciência – Humboldt – e no de batalha – Napoleão. Assim, Macedo encaminha o final do seu necrológio dizendo que “a agonia do sábio encheu de amargura, e o seu passamento cobriu de luto todos os povos civilizados” (RIHGB, 1859:739) e encerra a oração com uma reverência à sabedoria e à inteligência do sábio ao terminar a oração com a seguinte frase: “Depois de ter contemplado o túmulo de Humboldt, não nos é lícito passar além” (RIHGB, 1859:740).

No que diz respeito a questões retóricas, Macedo fez o uso da comparação com um contemporâneo tão notável quanto Humboldt com o fim de realçar ainda mais as

virtudes do sábio. Dentro do modelo Ciceroniano (CÍCERO, 2005:162-169) são elogiadas as “coisas” externas, do corpo e do ânimo: no primeiro tópico, Macedo destaca a educação e a glória, auxiliadas pela fortuna do nascimento sob a “estrela dos conquistadores”; no segundo, a força corpórea para realizar “empresas imensas”; já no terceiro, a justiça, a coragem e a inteligência, marcando a genialidade do *ecomiado*. Por último, Macedo fecha a oração com um epílogo, fazendo uso de um jogo retórico, no qual ele finaliza o panegírico por não ser mais possível passar além daquele que fora biografado, ou seja, a oração tinha chegado ao seu ápice com o elogio a Humboldt.

Na oração do ano de 1864, não poupa elogios ao falecido amigo Antônio Gonçalves Dias, dizendo que “não tinha somente um talento maravilhoso, possuía também uma vasta erudição: as línguas latina, italiana, espanhola, francesa, inglesa e alemã, lhe eram tão familiares como as respectivas literaturas [...]” (RIHGB, 1864:437). O enfoque na erudição do poeta não é por acaso, visto que, para fazer parte do quadro de membros de instituições como o IHGB – nos moldes das academias iluministas do século XVIII –, exigia-se um grande conhecimento universal, ou seja, uma “vasta erudição”. A cultura histórica oitocentista permitia “um conhecimento combinando [...], o prazer estético e a *démarche* racional exigida pelos cânones da cultura iluminista” (GUIMARÃES, 2000:123). Seguindo o modelo retórico das orações de Macedo, novamente as “coisas” externas e do ânimo aparecem ressaltadas, nas virtudes da educação e da inteligência. Ainda que fosse obra da fortuna, seu “talento maravilhoso” também era fruto de sua boa educação.

Em fevereiro de 1869, morreu Alphonse de Lamartine. Escritor, poeta, historiador e político-estadista francês, Lamartine foi membro de diversas instituições culturais no mundo e, entre elas, constava também o título de membro do IHGB, onde sua morte foi lamentada e sua vida elogiada por Macedo. Esse panegírico fúnebre foi muito sentido pela geração de Macedo, pois, Lamartine era um dos últimos ícones da geração romântica e era muito admirado e citado pelos românticos brasileiros – inclusive pelo próprio Macedo.

Outro fator de comoção foi a morte lenta e triste de Lamartine, que morreu senil e esquecido do público – fato que parece ajudar mais ainda a compor a aura do escritor romântico. Macedo assim falou sobre esse momento:

Lamartine, no retiro e pouco a pouco no silêncio, na indiferença da senilidade; nessa agonia longa e sem dor em que o homem vai morrendo, como o edifício arruinado que aos pedaços foi meteoro que passou ... sua fama, seu renome foi vanglória... não há mais Lamartine... há sombra apenas [...] (RIHGB, 1869:344).

A oração é produzida a partir da senilidade de Lamartine, procurando tirá-lo do esquecimento e ostracismo e lembrar aos ouvintes que aquele ainda era o “grande” Lamartine que havia legado grandes obras para a humanidade. Novamente, Macedo desenvolve seu elogio nas virtudes externas e do ânimo no sentido de avivar a memória do auditório, pois a lembrança de quem fora Lamartine já estava desvanecendo.

Mais à frente na oração, Macedo aborda o campo disciplinar da história, quando diz que “a posteridade, que em 1869 começou para Lamartine, recebe-o cingido com três diademas: o de poeta; o de estadista e orador; e o de historiador” (RIHGB, 1869:339). Lamartine é um exemplo de indivíduo que conjuga a tríade muito comum para a época de escritor, estadista e historiador. Esses três elementos inter-relacionavam-se constantemente no século XIX, visto que o campo da disciplina história ainda estava em formação; não havia ainda profissionalização e nem um campo específico para o historiador. De acordo com Stephen Bann (BANN, 1995), nesse momento, a história estava passando por um processo de profissionalização e os campos disciplinares ainda estavam muito entrelaçados, o que torna possível, ainda, mesclar a escrita literária com a escrita histórica. Assim, levando em consideração que existiam poucas disciplinas profissionalizadas – advocacia, medicina, teologia e engenharia –, havia literatos construindo história como quem escreve um romance ou poema; ou um político tratando da história como quem trata política.

Entre os anos de 1858 e 1874, Macedo também ocupou o cargo de 2º vice-presidente, tendo sido eleito, em 1875, 1º vice-presidente. Essa função possibilitou-lhe ocupar interinamente a presidência em diversas sessões entre 1876 e 1878, inclusive a da Sessão Magna de 21 de dezembro 1876, na qual proferiu seu discurso na presença da princesa-regente Isabel e do conde D’Eu. Nesta ocasião, deixou uma memorável descrição do Paço Imperial, realizando um minucioso resumo dos fatos históricos ali

ocorridos até o ano de 1876 – quando leu o discurso. Cabe, então, destacar alguns trechos interessantes:

Este palácio tem voz, voz que fala precisamente ao Instituto Histórico, a voz da história de mais de cem anos, que em sua passagem foram deixando lembranças memoráveis que os ecos vindos do passado repetem [...]

É a última lembrança da memória que se fecha. Em 1839 o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, de poucos meses fundado, teve aqui seu berço da águia nas majestosas alturas da hospedagem imperial.

Essa distinção insigne, que faz deste palácio alcançar da história pátria, mais de 30 vezes renovada, hoje, como sempre, munificente se repete, pondo em disputa de primazia o orgulho e a gratidão do Instituto (RIHGB, 1876:465-467).

As lembranças deixadas pela passagem dos anos não podem ser esquecidas e por isso são “salvas do esquecimento” e relatadas no discurso. Ademais, através do IHGB, também inserido nessas lembranças, é que a “voz da história” do palácio pode alcançar a da história da pátria, visto que, com a presença do instituto, as histórias do passado ecoam e se repetem.

De volta ao cargo de orador em 1878, Macedo descreveu a profissão de historiador ao falar do finado sócio Francisco Adolfo de Varnhagen.

Varnhagen fizera do santo ócio do maior número dos diplomatas do Império labor santo dedicado às investigações históricas da pátria. Engolfara-se nas bibliotecas, empoeirara-se nos arquivos, compulsara centenas de livros, achara tesouros e fontes de luz em obras raras, descobrira em arcas antigas manuscritos e documentos importantíssimos, empregara longos anos em profundos estudos, e na acumulação de pecúlio imenso de conhecimentos, e finalmente, em 1854 e 1857, deu ao prelo a sua História Geral do Brasil, diadema literário e científico que cingiu dignamente sua frente de historiador (RIHGB, 1878:486).

Percebe-se que o trabalho do historiador pouco mudou; entretanto, a valorização do labor “santo” enquanto virtude, em contraste com o “santo ócio” dos diplomatas no exterior, revela-se também em alguns nomes desta carreira, por exemplo, Gonçalves Dias, Araújo Porto-Alegre e Pedro Carvalho de Moraes – todos membros do IHGB. Assim, o “pecúlio” acumulado por Varnhagen é o seu conhecimento; este rendeu dividendos que foram o “diadema científico e literário” *História Geral do Brasil*. Macedo ressalta a virtude da glória como advinda do vasto conhecimento científico do

ecomiado, ou seja, da “acumulação de pecúlio imenso de conhecimentos”, logo, aspectos da boa educação que Varnhagen teve.

Macedo finaliza o panegírico dizendo que: “Varnhagen foi o escrupuloso iluminador da história do Brasil” (RIHGB, 1878:489). A frase é reveladora do caráter do *ecomiado* e até mesmo da instituição, quando usa o verbo *iluminar*. É impossível não deixar de perceber que, no último quarto do século XIX, ainda se construía no Brasil uma história nos moldes iluministas, valorizando a tradição. Assim, a principal contribuição de Varnhagen foi *trazer à luz* a história do Brasil dentro de uma instituição que tinha como missão *esclarecer* tal história.

Em abril 1882, morria Joaquim Manuel de Macedo. Afastado das atividades sociais e profissionais há quase dois anos, sofrendo a ação da tristeza devido a uma dívida e à doença “de origem mental”, Macedo, segundo o discurso proferido na sessão de nove de junho de 1882 pelo sócio e amigo Joaquim Norberto de Sousa e Silva, só sabia dizer: “Já sou demais nesta terra! Devo morrer!...”.

Assim, na Sessão Magna de 15 de dezembro, Macedo, que tinha biografado tantos personagens ilustres, agora tinha também a sua vez, na voz eloquente do orador recém-empossado, Franklin Távora. Este lhe fez o seguinte necrológio:

Ilustres consócios, desde o conde de Molé até Humboldt, desde Rodrigo da Fonseca Magalhães até Alexandre Herculano, desde Monte Alverne até Firmino da Fonseca foram biografados com exatidão e crítica histórica. Algumas das biografias tornaram-se notáveis pela eloquência e pela mágoa. As nossas letras e a nossa História, e várias vezes, as letras e a História estrangeiras, refletem-se nos seus discursos, que pertencem ao número das melhores páginas da Revista (RIHGB, 1882:517).

Joaquim Manuel de Macedo, enfim, deixou a cadeira de orador do IHGB para entrar nas páginas da revista, ou seja, nas “páginas da história” do Brasil.

CONCLUSÃO

Joaquim Manuel de Macedo foi um dos escritores mais lidos de seu tempo. Macedo exerceu diversas atividades, tendo se destacado como membro do IHGB e professor do Imperial Colégio Pedro II.

Membro da boa sociedade imperial, o romancista circulou por diversos espaços, conseguindo atender às práticas de sociabilidade de cada espaço que frequentava. O

escritor também conseguiu atender às normas de escrita exigidas por esses espaços, escrevendo de acordo com cada tipo específico de público.

Sua obra foi escrita num momento em que a principal preocupação da elite imperial era a construção de um projeto civilizatório, com bases na corte francesa de Napoleão III, que tinha como objetivo inserir a nação brasileira no rol dos países civilizados. A obra de Macedo, que era membro dessa elite, inscrevia-se nesse projeto e a atividade do escritor no instituto estava, justamente, vinculada à sua implementação, pois, junto com outros “homens de letras”, ele ajudou a pensar a construção do Estado nação, participando, assim, do momento fundador da historiografia brasileira.

Com moldes em instituições acadêmicas francesas, o Instituto Histórico estava de acordo com a cultura histórica oitocentista, a qual pensava que a história deveria ter uma função de *mestra da vida*, passando a ter um caráter mais “filosófico”. Seus sócios teriam a tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados de uma história que estivesse comprometida com o desvendamento do processo de gênese da nação brasileira e que deveria produzir uma visão de Brasil homogênea entre as elites brasileiras. A criação do Instituto Histórico estava, portanto, no bojo do processo de consolidação do Estado nacional, pois ela viabilizava um projeto de pensar a história do Brasil de forma sistematizada.

Macedo foi um membro bastante atuante no IHGB. Sua obra são os relatórios e discursos que produziu, respectivamente, nas funções de 1º secretário e orador. Não são obras de historiografia propriamente, mas sim uma produção de memória da instituição, são obras cerimoniais que atendiam aos protocolos retóricos dos panegíricos fúnebres e aos institucionais. Seu principal grupo de escritos tem enfoque nas biografias, ora da nação – como sempre ressalta em seus relatórios –, ora dos membros falecidos do instituto – nos discursos como orador. Estes últimos são verdadeiras biografias histórico-pessoais, nas quais estão descritos tanto o momento histórico em que as pessoas viveram, quanto suas vidas. Como orador, Macedo apresentava a história como *mestra da vida* e buscava, nas biografias dos sócios falecidos, virtudes ligadas a Deus, à família e, principalmente, à boa educação – consequentemente, à eterna busca de novos conhecimentos –, que servissem de exemplo aos vivos e aos vindouros.

Assim, concluiu-se que, no regime historiográfico dos oitocentos, Macedo pensava a escrita da história dentro de um pensamento linear, cronológico, progressivo,

teleológico e civilizador, conforme a cultura historiográfica de seu tempo, prevendo a redenção dos fatos passados e dos beneméritos pelos historiadores da posteridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994. (Biblioteca básica).

_____. *Romanticism and the rise of history*. New York: Twayne Publishers, 1995.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1997.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CÍCERO. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005.

CICERÓN. *Sobre El Orador*. Madrid: Gredos, 2002. (Biblioteca Clásica, 300).

FLEIUSS, Max. Macedo no Instituto Histórico. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 141, t. 87, p. 436-440, 1920.

FURET, François. O nascimento da história. In: _____. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1990. p. 121-123. (Construir o Passado 8).

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a.156, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manuel L. Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 267-292.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*. Porto Alegre, vol. 23, n. 1/2, 2000.

IHGB, *Novos estatutos do IHGB*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1851.

LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. São Paulo: Editora 34, 1994. (Coleção Trans).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MENANDRO EL RÉTOR. *Dos tratados de retórica epidíctica*. Madrid: Gredos, 1996. (Biblioteca Clásica, 225).

MOREIRA, Macello. *O louvor ao marquês de Marialva: um estudo sobre o panegírico*. (mimeo.).

PÉCORÁ, Alcir. A história como colheita rústica de excelências. In: ____; SCHWARTZ, Stuart B. *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 47-66.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo IV, 1848; tomo VII, 1851; tomo XVI, 1853; tomo XXI, 1858; tomo XXII, 1859; tomo XXVII, 1864; tomo XXXII, 1869; tomo XXXIX, 1876; tomo XLI, 1878; tomo XLV, 1882.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.